

48

Acta da Reunião Sessão Extraordinária
do Primeiro Período Legislativo da Câmara
Municipal de São José, realizada no dia 26
(vinte e seis) de abril do ano de 2007 (dois
mil e sete)

Quinto horas do dia 26 (vinte e seis) de
abril do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a Presidência do Vereador Luiz Geraldo Soárez
de Aguiar e com a auxílio do Primeiro Secretário pelo Vereador Valdir Rodrigues da Silva
nunca se tratado de nenhuma ação da Câmara Municipal de São José. Sendo assim, responde
com o ohumudo regimento os seguintes Vereadores: Guy Alba da Costa, Alcioneide Ben
edito Lemos, Alfredo Luiz Soárez Gonçalves, Fábio da Costa Ferreira, Jocilson Pandis de Souza
Neto, Luiz Schimidt Beuratto e Valdir Rodrigues Góis. Havia nove vereadores presentes, o De
sider Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus a rigor, o Senhor
Presidente disse, que embora tinhos sido apresentados os Regimentos de Urgência
nos nºs 038/2007, 039/2007 no dia anterior aos 10 (dez) dias de fevereiro de 2007 e nos nºs
nºs 033/2007 e 034/2007 no dia 09 (nove) de março de 2007 não estavam em conformidade com
o Regimento das Comunicações, mas cumpriram o seu dever e obteve o Substituto Financeiro
para encaminhar os referidos projetos para a Comissão de Constituição e Justiça
para que a mesma emendas e encarece em projeto regimento. Nada mais havendo
a tratar, o Senhor Presidente encerrou o trabalho Sessão em nome de Deus
e pura comung mandou que se lavrasse a presente Acta, que depõe de tudo
submetido o Substituto Financeiro, aprovado, para arquivado para que produza
seus efeitos legais.

Assinatura
Vereador Valdir Rodrigues da Silva
Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo da
Câmara Municipal de São José, realizada
no dia 26 (vinte e seis) de abril do ano
de 2007 (dois mil e sete)

As duas horas do dia 03 (três) de maio
de ano de 2007 (dois mil e sete) sob a presidência do Vereador Luiz Geraldo
Soárez de Aguiar e com a auxílio do Primeiro Secretário "valdir" pelo Vereador Valdir Rodrigues da Silva

revisor da Ufes, Humberto Barcelos, reservou o Deliberamento e Câmara Municipal de Rio Pardo. Além disso responderam a chamada regimental o prefeito municipal, o vice-prefeito de Figueiródo Amanzio, Sérgio Thomas Finis, falecido, Geraldo Bendix, Sônia Lundro de Guedes, Gisela Henrique Corrêa de Jordão, Anna, fazendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a sessão de Jesus em nome de Deus. O reitor, orou bendizer os presentes e rezou o Pai-nosso: Ora de Figueiródo Guedes Declinou-se daí a mais de vinte dias de dengue urbano e dali elle diu-me que no dia 21 de maio de 2006, no inicio do período de chuvas, o Senhor Presidente, declarou aberta a sessão regimental, bendizendo o Senhor Ministro da Saúde e o presidente que comandou os seguimentos: Projeto Capes - cri n° 28/2007 - Projeto Superpal - Bemagim n° 21/2007 - Projeto de Lei n° 040/2007, assunto: Quebraça o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à famosa fármaca Robusto Gonçalves no valor e condições que menciona. Projeto Capes - cri n° 32/2007 - Projeto Superpal - Bemagim n° 25/2007 - Projeto de Lei n° 041/2007, assunto: Quebraça o Poder Executivo a conceder subvenção social a Cooperativa Despacho da Beira Esportiva Clube, no valor e condições que menciona. Projeto Capes - cri n° 33/2007 - Projeto Superpal - Bemagim n° 26/2007 - Projeto de Lei n° 042/2007, assunto: Quebraça o Poder Executivo a conceder subvenção social à Cooperativa de Sudô da Região dos Dugos, no valor e condições que menciona. Edital nº 001/2007 - Vereador Elias Rodrigues Barboza, assunto: Votação do Orçamento Municipal para a criação da Ribeirinha do Amador, no Bairro fachum Esperança, a municiada a tutela do Boticário, o Senhor Presidente franquiou a intenção aos Drádors, insuflou o Drádor o Intendente como membro Drádor eleito, o Drádor Sávio dos Santos Barbosa que igualmente comentou sobre a Administração Pública Municipal, destacando que a mesma era ineficiente. Disse que o município era assolado por uma epidemia de dengue, que caracterizava a má utilização do dinheiro público, visto que os agentes de saúde faziam diversas missões, deixando maltratando milhares salários garantias de emprego, melhores condições de trabalho e implementando a vacinação e aportes, inclusive de dentro de um grupo e depois de contrabandear novamente. disse, que todos conheciam a combinação: "funcionário maltratado, resultado imprevisível na administração". Primeiro que os hospitais da cidade encontravam-se com filas em virtude das excessivas de dengue, ali mesmo de dengue hemorrágica, sublinhou que não era possível conter nos mês mais quentes, enfatizou que

que a violência no sistema de justiça com relação a depoimentos da comunidade nunca havia sido tão alta quanto em 2016. Diz que o nível da violência que mais se contraria ao papel do magistério era a Guarda Municipal, apesar desse município figurar entre o segundo mais violento das cidades com mais de 50 mil habitantes. Diz que o Programa de Segurança Pública e a função da Guarda Municipal é o Policiamento comunitário, não era prevedido a segurança populares, nem da criminalidade e da violência. Diz que haver ações como falta de segurança quando o que estava eram altos índices de criminalidade. Diz ainda sobre a avaliação do Rebec, dizendo que todo isso foi reproduzido com nota 3,9 quando a nota para aprovação era de 6,0 e que caracterizava a política de segurança em cima de alegações para garantir os resultados e a falta de política de investimento em esforços profissional e políticos públicos de segurança. Apresentou que a ação judicial de fiscalização estavam encerradas num mês só na área do forte e que só foram convidados todos os funcionários, não havendo lugar para os mesmos. Diz ainda, que no município mais alto da Região dos Lagos o Rebec só para não ser desfeito para apresentar relatório para o governador em virtude do pagamento dos funcionários, o que era inadmissível, visto que os recursos dos royalties eram muito escassos e a ação judicial só que o mês e um milhão necessários para o pagamento dos funcionários já haviam sido recuperados. Diz, que ele soube com as assinaturas do governo sobre as demandas de parceria do Encantado Municipal, caso o município não recebesse mais os recursos dos royalties e que era necessário que o governo, fornecesse um valor adicional. E mais, diz que o relatório de onze por cento concedidos aos que ganharam um salário mínimo era uma mercadoria, em decorrência de que quem ganhava o salário mínimo só avançava 20%, mas para cima por parte da federação, sendo que o governo fez a acomodação de menor valor municipal com o menor valor federal. Disse que no dia seguinte estava publicando um artigo sob o título: "E a justiça aqui" sobre que até aquele momento todos "olhavam para o rebaixador" e comparavam o atual governo com os anteriores, tal fato não era mais eu, eu sabia, visto que o governo já havia doze anos e os fatores relativos quanto o sistema educacional, saúde e segurança encontravam-se governo anterior. Diz, que a população não se descreveu enganada com relação as ações do governo quanto aos aumentos de salários, estarem longe do planejamento. Descreveu a seguir: "porem dos quatro anos, novos cargos comissionados para garantir permanência eleitoral"

per

para comprar condic和平 a Tribuna, para comprar círculo eleitoral com lotaria, isso é, comprometer a folha, a revista, o que impulsionava o voto, uma política eleitoral desonesta". Disse a seguir, que de modo as Associações de leitores de Buenos Aires não disputava horário com os chapas concorrentes para administradores do Barro, visto que todos queriam ganhar uma lotaria, nomeando, enfatizou que era a máscara de verdade, fadado, verdade medido quando todos sabiam que no município gastava-se bem nenhum dinheiro. Disse que para a plástica arquitetônica não faltava espaço, mas para o aumento populacional para combater a dengue não havia o suficiente, haja vista encurtou seu folheto. O regente, despejou a Tribuna, o vivificador Paulo Henrique Lourenço que inutilmente agraciou os eleitores da Tribuna São Paulo em velhos e dengue e disse, que de próprio testemunhava o pranto de uma senhora, cuja filha estava com dengue e as enfermeiras assistentes no Posto de Saúde, o chefe de posto em resposta aos reclamos daquela senhora, disse que em todo Brasil tinha dengue, disse o regente, que talvez aquela não fosse a resposta adequada à mãe que se encontrava em desespero e necessitava de informações relevantes a doença e merecia um tratamento carinhoso. Conta houve que tal fato era lamentável e que durante registro o seu repúdio no que encerrou sua folha. E segue, despejou a Tribuna o vivificador Amílcar Teixeira Thomas Júnior, que inutilmente fechou seu escritório nas últimas semanas por motivo de doença. O regente, agraciou a presença de todos na Assembleia. Disse que havia amanhã nos assentos do vivificador de oposições, visto que o mesmo se considerava dono da vila de São Paulo, que o vivificador Júnior tribunava as Associações de leitores que tinham seu espaço disputando a sua denúncia, levando, em termos europeus, a prática da democracia e demonstrava a ignorância dos estudiosos em dirimir os problemas dos Buenos Aires os autoridades constitucionais. Disse, que em virtude de que em anos anteriores havia eu, o Tribuno de dengue, o governo abriu a guarda e assim tinha como auxiliar de seu auxílio, mas os agentes de saúde encontraram-se a falar para o atendimento de todos que os instruiram. Só que, disse, que o problema não era esse, mas era as leis de veranistas que se ensaiavam fechá-las e que desvalizava o gasto dos agentes para erradicar aquela mal. Disse, que não permitiu que o vivificador de oposições desfigurasse a imagem do governo e que despejou a Tribuna para dizer isso.

houve parte o Vereador Fábio Bande com muito entusiasmo e o Vereador Amaro
 Galvão negou, descrevendo que desse fato encurtar o seu mandato. Disse segundo o ora-
 dor dezo que a cidade era governada com toda dignidade e respeito e era insu-
 biente que o Vereador de Poco Rio não conseguisse ver tal fato. Disse que estavam em
 do reuniões preparando com imprensa ofícios de parte da Sol e Varey e também
 o Aeroporto de Poco Rio seria um dos mais bonitos do país. Disse também,
 que o município receberia 2000 internautas e que só ocorreria nos próximos
 meses dezenas de milhares de turistas do Chile e da Argentina. Disse o Deputado que o Aeroporto de
 Poco Rio já era o que mais movimentava cargos no Estado e estava se de-
 senvolvendo cada vez mais. Ademais, ressaltou que no bairro Gravataí do Sul havia
 quarenta mil euros de dengue e em Poco Rio apesar de festejos e inauguração
 houve zero, e ainda, que o governo não mediu esforços para erradicar a
 doença. Disse o Deputado que estavam sendo aplicados cerca de quarenta milhões
 de reais no segundo semestre, inclusive foi montado fogueira e feira da época da
 "que vota", e assim, sumiu a humilhação que absurdos foram elevados da fute-
 balla do Poco Rio. Disse, que o Plano de Cargos e Salários do mesmo
 mês da Educação já existia há longa data e as aulas de matemática eram
 modelos de modernidade. Em ainda, que na época das aulas elogiadas, o
 objetivo maior não era deixar os alunos nas ruas nem ter onde estudar
 mas que a visão bacana da educação não permitia isso. Disse, que Campos
 era o município que mais concedia royalties e tinha o melhor sistema edu-
 cacional, e ainda, que também um município paulista tinha uma média
 ridícula, quando Poco Rio tinha conseguido 3,9. O Deputado, enfatizou que o
 governo tinha maior respeito ao cidadão do que governos passados, portan-
 to, havia sim a necessidade de se olhar no retrovisor, e mais, disse que
 compreender, respeitar, dignidade não é um adquirido de um dia
 para o outro, no que marcou seu voto. Não havendo mais credores para o lado
 o voto da Tribuna, o Senhor Presidente encerrou o trabalho para a Câmara de Deputados.
 Nesse clípu, foram informados para a Comissão de Constituição e Justiça para que
 a mesma emendas fossem em trâmite regimental por sequente Projeto. Projeto de Le-
 n.º 040/2007-L.º B.º n.º 211/2007. Projeto de Lei n.º 041/2007-L.º B.º n.º 251/2007 e Projeto de
 Lei n.º 042/2007-L.º B.º n.º 216/2007. Analisando este projeto, foi retirado pelo seu
 autor do autor a indicação n.º 001/2007. Nada mais havendo a votar, o Se-
 nhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deputado, para constar,
 mandou que se levantasse a presente Sessão, que defere de todo, submetendo a apro-

PL
Ordem do Dia
Decreto Legislativo
Número 103
Assinado por: *Willy Rodrigues da Silva*

Willy Rodrigues da Silva
Assinado por: *Kate Schimidt*

Ata da Véspera Quarta-feira Ordinária
do Município de São José do Rio Preto
Presidente de Fato: Willy Rodrigues da Silva
Data: 08 (oito) de maio de 2007 (dois mil e sete).

Os dezoito horas do dia 08 (oito) de maio do
ano de 2007 (dois mil e sete) sob a Presidência do Vereador Júlio Geraldo Simões de Que
nuto e com o auxílio da Primeira Secretaria houve vereador Willy Rodrigues da Silva,
munição de ordenamento a Câmara Municipal de São José. Onde o mesmo, responde
num a chamada regimental os seguintes vereadores: Juiz Zélio da Costa, Alfredo
deuz Nogueira Gonçalves, Limpus, Júlio Antônio Ferreira, Filho do Santo Padre,
Fábio Lindau de Oliveira, Luiz Henrique Corrêa de Souza, José Thaumatur
Braggins, e Willy Rodrigues Bento. Foi vindo número regimental o Senhor Presi
dente da Câmara aberto a presente sessão em nome de Deus. O requeir, foi lido e
aprovado a seguinte Ata: Ata da Vigésima Sessão Extraordinária do Mu
nicipal Periodo Suplementar. O requeir, o Senhor Presidente após o cumprimento
do ato regimental subiu ao Pórtico da Câmara Municipal e leitura do Exordium
de que fomreu do seguinte: Ofício GRPE-01 n: 16/2007 - Prefeito Municipal - Veto
n: 002/2007, assunto: Ofício sobre Veto Total ao Projeto de Lei de autoria do
Vereador Jordan Lindau de Oliveira, que altera o Artigo 103 da Lei Complementar
nº 2, da Lai de Orçamento de 2002, que depois sobre o Decreto Municipal do
Município de São José, Ofício GRPE-002/2007 - Prefeito Municipal, assunto:
Em resposta ao requerimento n: 014/2007 de autoria do Vereador Ju
lio Geraldo Simões de Que, Projeto de lei n: 039/2007 - Vereador Willy Rodrigues
Bento, assunto: Considera de Utilidade Pública Municipal o Projeto Comuni
cação Pública Terra, Projeto de lei n: 043/2007 - Vereador Alfredo Juiz Nogueira
Gonçalves, assunto: Considera de Utilidade Pública Municipal a APPFCST -
Obras e Serviços dos Bairros Distritos de São José. Requerimento n: 044/2007 Veto
do Vereador Juiz Nogueira Gonçalves, assunto: Requer autorização para des
afiliaros à Fundação Heranca de Deus, no beneficio de São José requerimento
nº 045/2007 - Vereador Alfredo Juiz Nogueira Gonçalves, assunto: Requer autorização de